



Neoliberalismo escolar como expressão da racionalidade neoliberal: implicações para a formação cidadã na Amazônia

Maewen Ramires Barroso – Graduanda do Curso de Pedagogia – UFAM

maewenramiresbarroso@gmail.com

Marcos Vinícius da Silva Goulart – Doutor em Educação – UFAM

marcos.goulart@ufam.edu.br

Eixo 03: Escola, Cidadania e Cultura

RESUMO: Este artigo analisa o avanço da racionalidade neoliberal no contexto educacional amazônico e suas implicações para a formação cidadã. Partindo do entendimento do neoliberalismo como uma governamentalidade (Foucault, 2008) que molda subjetividades (Dardot; Laval, 2016), investiga-se como a escola é interpelada a operar sob valores de eficiência, meritocracia e empreendedorismo, em detrimento de sua função social. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo evidencia que, na Amazônia, essa lógica assume contornos específicos, agravando desigualdades históricas e promovendo um epistemicídio que desvaloriza saberes tradicionais (Sousa et. al., 2025). A análise de documentos como a BNCC e o Novo Ensino Médio, somada a pesquisas recentes sobre a educação na Amazônia, revela que a educação neoliberal corrói a cidadania, transformando-a em gestão individual de riscos e aprofundando mecanismos de exclusão para as juventudes indígenas, ribeirinhas e periféricas da região. Conclui-se pela urgência de se contrapor a essa racionalidade, reafirmando a escola como espaço de resistência e valorização de saberes plurais.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação Amazônica; Formação Cidadã.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo, compreendido enquanto racionalidade política, não se restringe ao campo econômico: ele se projeta sobre todas as dimensões da vida social, configurando modos de ser e pensar. Foucault (2008) demonstrou como essa racionalidade funciona como uma forma de governamentalidade, ao transformar os sujeitos em empreendedores de si, submetendo cada esfera da existência a uma lógica de concorrência e individualismo. Nesse mesmo sentido, Dardot e Laval (2016) apontam que o neoliberalismo se institui como uma nova razão do mundo, moldando subjetividades e reorganizando práticas sociais, de modo que até mesmo a educação passa a ser concebida como serviço. Sob tais moldes, a escola é interpelada a operar segundo valores de eficiência, competitividade e meritocracia, deslocando-se de sua função histórica de formação cidadã.

No Brasil, rastros dessa racionalidade já eram perceptíveis em momentos anteriores, mas sua penetração mais incisiva ocorre a partir da década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a adesão a políticas de abertura econômica e de ajuste fiscal. Tais medidas fortaleceram a presença de organismos internacionais e do setor empresarial na definição de políticas educacionais, que passaram a adotar a linguagem da produtividade e da empregabilidade em detrimento da educação como direito social (Freitas, 2018).

Na Amazônia, o neoliberalismo assume contornos específicos, vinculados tanto à presença de grandes multinacionais e à exploração de recursos naturais quanto à expansão do garimpo e da mineração ilegais (Melo, 2023). Esses processos, atravessados por desigualdades históricas, atingem diretamente a juventude: quanto mais jovens os trabalhadores, maior a exploração a que estão submetidos, seja pela força física exigida, seja pela fragilidade de suas condições de vida (Raison; Albertini, 2023). Tal cenário revela a relação entre neoliberalismo e precarização da juventude amazônica, que é compelida a se adaptar a uma lógica de sobrevivência marcada pela competição individual e pelo empreendedorismo forçado.

É nesse contexto que a escola pública, em especial o Ensino Médio, aparece como um dos principais alvos da racionalidade neoliberal. Reformas recentes, ainda que justificadas em nome da modernização e da adequação ao século XXI, traduzem a educação em capital humano e em treinamento para o mercado, tensionando o projeto democrático de formação cidadã (Freitas, 2018). Para jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos e periféricos, essa lógica impõe barreiras adicionais: muitas vezes, para acessar o básico da educação, precisam migrar de suas comunidades para os centros urbanos, enfrentando processos de exclusão e desvalorização cultural.

No contexto amazônico, pesquisas realizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (Pereira et al., 2022) mostram que a ausência de oferta educacional no meio rural tem impulsionado um crescimento significativo

das migrações rurais-urbanas motivadas por fatores educacionais, incluindo o Ensino Básico e o Ensino Médio. Os dados revelam que a demanda educacional não atendida se torna um dos principais motores das decisões migratórias das populações ribeirinhas, evidenciando o distanciamento entre as políticas públicas de educação e as realidades locais. Esse processo aprofunda desigualdades e reforça mecanismos de exclusão, ao mesmo tempo em que tensiona o direito à educação como dimensão fundamental da cidadania.

Diante disso, refletir sobre o neoliberalismo escolar significa problematizar como essa racionalidade incide na Amazônia e quais implicações produz para a formação cidadã. Mais do que preparar para o trabalho, a educação deve constituir-se como espaço de transformação social, de construção de direitos e de valorização das identidades juvenis. Ao mesmo tempo em que a racionalidade neoliberal atravessa a escola com valores de competitividade e meritocracia, ela é também o espaço de resistência e de produção de alternativas coletivas, fundamentais para a defesa da escola pública e da cidadania na Amazônia.

METODOLOGIA

Este trabalho resulta de uma série de pesquisas de iniciação científica acerca do avanço do neoliberalismo na educação brasileira, das quais emergiu a necessidade de analisar com maior profundidade seus impactos na educação amazônica, reconhecida por apresentar especificidades distintas das demais regiões do país. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental (Gil, 2008), que busca articular uma análise crítica e teórica a partir de produções acadêmicas, documentos oficiais e materiais da imprensa.

O referencial teórico mobilizado ancora-se especialmente em Foucault (2008), cuja concepção de racionalidade neoliberal permite compreender como os discursos políticos e educacionais não apenas regulam práticas, mas também moldam subjetividades e produzem formas de cidadania. Além de Foucault, outros autores contemporâneos que discutem neoliberalismo e educação são incorporados, de

modo a ampliar a análise crítica do fenômeno. Um exemplo é o trabalho de Dardot e Laval (2016) que também analisam a racionalidade neoliberal no mundo contemporâneo.

No campo documental, a investigação considera legislações e orientações que estruturam a política educacional brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio. Esses documentos foram analisados como discursos que expressam relações de poder e interesses, evidenciando como o neoliberalismo atravessa e redefine o sentido da educação pública.

Complementarmente, o estudo se vale de artigos científicos, livros e matérias jornalísticas que problematizam a incidência do neoliberalismo escolar e seus efeitos sobre a formação cidadã. A análise prioriza as juventudes amazônicas, considerando o modo como a racionalidade neoliberal afeta suas trajetórias escolares, culturais e sociais, produzindo desafios específicos para populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas.

DISCUSSÃO

A racionalidade neoliberal não se configura meramente como um conjunto de políticas econômicas orientadas para a desregulamentação dos mercados e a privatização do Estado. Mais profundamente, ela se consolida como uma tecnologia de governo dos sujeitos e da vida social. Como demonstrou Foucault (2008), no curso ministrado no Collège de France em 1979, cujo objeto era a biopolítica, o neoliberalismo opera enquanto uma racionalidade política que reestrutura o tecido social a partir de uma lógica de mercado onipresente. Nesse sentido, transcende a esfera das medidas econômicas para constituir-se em um modo de produção de subjetividade, forjando indivíduos, práticas e regimes de verdade (Foucault, 2002) alinhados a princípios como competitividade, desempenho mensurável e autogestão empreendedora. É a partir dessa premissa fundamental que as discussões

subsequentes serão desenvolvidas. Wendy Brown (2018), por exemplo, aprofunda essa reflexão ao indicar que a racionalidade neoliberal corrói os fundamentos da democracia e da cidadania. Para a autora, o neoliberalismo transforma o cidadão em um sujeito-empresa, avaliando sua vida e sua trajetória não em termos de direitos coletivos, mas de investimentos individuais e de capital humano. Assim, valores como solidariedade e justiça social são substituídos por métricas de produtividade e responsabilização individual.

Se retomarmos a análise foucaultiana sobre o liberalismo como uma arte de governar que arbitra constantemente entre liberdade e segurança, é possível compreender como a racionalidade neoliberal aplicada ao campo educacional opera como uma gestão dos riscos sociais. Como afirma Foucault (2008, p. 90):

O liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, mas ele não pode manipular os interesses sem ser, ao mesmo tempo, gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade, que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos.

Nesse sentido, a escola neoliberal se torna um espaço privilegiado de controle e prevenção: ao invés de formar cidadãos críticos capazes de questionar as condições estruturais da desigualdade, ela é convocada a produzir sujeitos ajustados ao mercado, reduzindo o perigo da marginalidade juvenil ou do “fracasso escolar” a ser combatido. Essa lógica encontra eco no que Brown (2018) aponta como corrosão da cidadania: a transformação do cidadão em sujeito-empresa. Na Amazônia, onde as juventudes indígenas, ribeirinhas e periféricas enfrentam vulnerabilidades específicas, esse processo assume contornos ainda mais graves. As políticas educacionais neoliberais, ao enfatizarem liberdade de escolha (como itinerários formativos, empreendedorismo juvenil) como suposta ampliação da autonomia, simultaneamente impõem uma lógica de responsabilização individual pelo êxito ou fracasso. Nesse contexto, como observa Harvey (2011, p. 76), “o sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais”, o que reforça a transferência da responsabilidade social para o sujeito.

A “liberdade escolar”, nesse contexto, funciona como mecanismo de deslocamento das questões estruturais, como os impactos do desmatamento, da precarização do trabalho e da exclusão histórica dos povos da região, para a esfera das escolhas pessoais. O resultado é uma formação cidadã fragilizada, marcada pela internalização de valores de competição e autogestão, que limita as possibilidades de resistência e silencia outras rationalidades amazônicas de viver, produzir e educar.

Nesse cenário, é importante considerar a própria especificidade amazônica. Como analisa Loureiro (2002), a história da região tem sido marcada por uma trajetória de perdas e danos, em que a Amazônia aparece como fonte inesgotável de riquezas exploradas em benefício da metrópole no passado e, mais recentemente, da federação e do capital internacional, sem que os ganhos retornem para a população local. Tal modelo, orientado por uma rationalidade economicista e dependente da lógica do grande capital, aprofunda desigualdades sociais, desloca comunidades indígenas, ribeirinhas e caboclas, e destrói formas próprias de vida e saber. Em outras palavras, a Amazônia é historicamente tratada como território a ser domesticado e explorado, e não como espaço de produção de conhecimento e cidadania.

Essa dinâmica se conecta diretamente à questão educacional. Sob o impacto das políticas neoliberais, a escola na Amazônia é convocada a integrar os sujeitos a um modelo de desenvolvimento que, como observa Loureiro (2002), “desenraiza o homem e vem destruindo a natureza, sem alcançar os objetivos propostos” (p. 121). Ao privilegiar competências voltadas ao empreendedorismo juvenil e à adaptação ao mercado, em detrimento da valorização das culturas locais e da justiça social, as políticas educacionais reforçam a condição de subalternidade da região. A promessa de qualidade educacional se reduz, assim, a um mecanismo de ajuste à lógica neoliberal, em que a cidadania deixa de ser exercício crítico e coletivo e passa a ser entendida como autogestão individual de riscos e responsabilidades.



Além disso, a racionalidade neoliberal, ao exacerbar a lógica do lucro imediato e da mercantilização da natureza, impõe uma realidade devastadora aos povos tradicionais da Amazônia, manifestando-se de forma particularmente aguda no território Yanomami (Raison; Albertini, 2023). Nesse contexto, a promessa de enriquecimento rápido, núcleo do *ethos* neoliberal, tem seduzido jovens indígenas, levando-os a abandonar suas comunidades para se engajar no garimpo ilegal (Raison; Albertini, 2023). Este fenômeno transcende a mera escolha individual, configurando-se como uma estratégia biopolítica de desestruturação social e cultural que fragiliza os laços comunitários, corrói a resistência coletiva e promove a individualização do sofrimento, subtraindo a força política dessas populações.

Concomitantemente, a neoliberalização da educação agrava profundamente essa conjuntura, atuando como uma expressão fundamental da racionalidade governamental neoliberal. Ela opera uma dupla violência: a desvalorização sistemática dos saberes tradicionais e a promoção de um currículo orientado exclusivamente para as demandas do mercado. Essa lógica, que Santos et al. (2025) identificam como a “engrenagem da fábrica educativa do capital”, transforma a escola em um “apêndice da organização econômica, orientada pela produtividade, pela competitividade e pela lógica da rentabilidade” (Laval, 2019, p. 55). Como bem sintetizam os autores, a escola, nesse modelo, deixa de ser um espaço de formação crítica para se tornar uma “extensão da fábrica”, submetendo o tempo e a subjetividade à “lógica da quantificação, da objetividade instrumental e da rentabilidade pedagógica” (Santos et al., 2025, p. 19). Dessa forma, mais do que uma mera inadequação curricular, trata-se de um epistemocídio ativo, uma “morte simbólica dos saberes indígenas [que] ocorre cotidianamente, de forma silenciosa e sistemática” (Santos et al., 2025, p. 13), que fragiliza a resistência coletiva e ameaça a própria continuidade ontológica dos povos originários.

Nesse viés, dentre tantos outros problemas, o aparato escolar neoliberal também contribui para a erosão do sentimento de pertencimento e da identidade cultural entre a juventude (Santos et al., 2025). Este processo corrói os alicerces de



uma formação cidadã crítica, substituindo-a pela formação de um *homo economicus* (Foucault, 2008), voltado para a lógica da competição e do consumo.

É a materialização do questionamento profundo de Krenak (2019, p. 25): “[...] para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor?”. Essa lógica, como aponta o autor, “dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido”, o que se manifesta tragicamente no fato de que a educação neoliberal frequentemente direciona os jovens para atividades que exploram e degradam seus próprios espaços de vida, tornando-se um instrumento de assimilação e violência epistêmica.

É válido ressaltar, que a penetração da racionalidade neoliberal no ambiente escolar não se dá de forma explícita ou centralizada, mas através de uma governamentalidade difusa que opera simultaneamente nas macroestruturas e nas micro relações, conformando sujeitos e práticas à lógica do mercado. Essa atuação é visível tanto na organização burocrática das escolas, cada vez mais geridas como empresas com foco em resultados, métricas de desempenho e produtividade (Freitas, 2018), quanto nas relações de poder que incentivam a competitividade entre alunos e professores, em detrimento de valores como colaboração e solidariedade. No plano discursivo e político, essa lógica se materializa por meio de uma falsa ideia de protagonismo, amplamente instigada por reformas educacionais como a do Novo Ensino Médio. Sob o véu da “flexibilidade” e da “escolha”, essa política, na prática, restringe o horizonte formativo às demandas imediatas do mercado, fragmentando o conhecimento e precarizando a formação humanística. Como alerta Libâneo et. al., 2012, p. 126), no âmbito escolar:

[...] procura-se reproduzir a lógica da competição e as regras do mercado, com a formação de um mercado educacional. Busca-se a eficiência pedagógica por meio da instalação de uma pedagogia da concorrência, da eficiência e dos resultados.

Do mesmo modo, os principais documentos que regem a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não estão imunes a essa influência. Em suas entrelinhas e em seus

mecanismos de promulgação, percebe-se a subordinação do projeto educativo aos imperativos da empregabilidade e do desenvolvimento de “competências” alinhadas a uma visão utilitarista do saber. Essa orientação desloca o eixo da educação de um direito social para um serviço, esvaziando seu potencial emancipatório e crítico. Sobre isso, Laval (2004, p. 43) salienta:

Essa “lógica da competência”, dando mais prioridade às qualidades diretamente úteis da personalidade empregável do que a conhecimentos realmente apropriados, mas que não seriam necessariamente e imediatamente úteis economicamente, comporta um sério risco de desintelectualização e de desformalização do processo de aprendizagem.

Nessa conjuntura, a escola se configura, paradoxalmente, como uma rota de fuga e uma armadilha para a juventude amazônica. Diante da realidade brutal do extrativismo predatório, do garimpo ilegal e da precarização da vida, a educação emerge como a principal instituição estatal capaz de oferecer um horizonte alternativo de futuro, sendo percebida como um passaporte para escapar de um destino aparentemente inevitável. No entanto, ao adentrar esse caminho, o jovem depara-se com uma instituição cuja lógica foi sequestrada pela mesma racionalidade neoliberal da qual ele busca fugir. Em vez de emancipação, encontra um projeto que prioriza a formação de capital humano em detrimento da formação cidadã, incentivando uma fuga individualista que fragiliza os laços comunitários e promove um epistemicídio silencioso ao desvalorizar seus saberes tradicionais em favor de competências mercadológicas (Santos, et. al., 2025). Dessa forma, a rota de fuga transforma-se em um circuito fechado: prepara o indivíduo para servir ao mesmo sistema exploratório que devasta seu território, tornando a escola não um espaço de libertação, mas um mecanismo de assimilação e reprodução das desigualdades que pretendia combater.

É essencial levar em consideração, também, a implementação de modelos educacionais homogêneos, planejados de fora para dentro, que nada mais são do que a materialização de uma racionalidade que visa muito mais do que a simples reformulação de currículos; ela busca a produção de uma subjetividade específica. Esta lógica trabalha duplamente: além de desconsiderar as profundas diferenças

econômicas e regionais, como evidencia a complexa e conturbada implementação do Novo Ensino Médio em contextos amazônicos carentes de infraestrutura básica e acesso digital (Nogueira et. al. 2024), ela instaura uma nova norma de conduta no cerne da vida escolar. Dardot e Laval (2016, p. 16) capturam a essência desse processo ao argumentarem que:

Essa norma impõe a cada um de nós que vivemos num universo de competição generalizada, intimida os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.

Na escola, isso se traduz na pedagogia das competências, na meritocracia exacerbada e na naturalização do fracasso individual, que obscurece as causas estruturais da desigualdade. O resultado é a corrosão do senso de coletividade e a instalação de uma lógica de guerra de todos contra todos, desde a mais tenra idade. Portanto, o impacto do neoliberalismo transcende a esfera material da falta de recursos. Como os mesmos autores advertem:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos" (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Dessa forma, a escola deixa de ser um espaço de proteção e formação crítica para se tornar um aparelho de modelagem de condutas, onde se aprende, acima de tudo, a competir e a se ver como um empreendimento isolado, desarmando assim qualquer potencial de resistência coletiva.

CONCLUSÕES

Esse trabalho buscou analisar como racionalidade neoliberal, ao se impor como uma nova razão do mundo (Dardot; Laval, 2016), redefine profundamente o sentido da educação na Amazônia. Os argumentos aqui expostos apontam para uma dualidade complexa: de um lado, a escola é convocada a formar "empreendedores de si" para um mercado predatório; de outro, é levada a negar as

histórias, as culturas e os saberes que constituem a identidade das juventudes amazônicas.

As reformas educacionais, os documentos curriculares e a própria organização escolar passam a veicular uma lógica que responsabiliza individualmente os sujeitos pelo sucesso e pelo fracasso (Libâneo et.al., 2012), mascarando as causas estruturais das desigualdades regionais. O resultado, como visto, é a corrosão da cidadania, o aumento das migrações por demanda educacional não atendida e a fragilização dos laços comunitários.

Ademais, valorizar o saber que cada estudante traz consigo é o pilar fundamental para a construção de uma verdadeira educação cidadã, intercultural e decolonial. Contudo, o neoliberalismo tem implicações devastadoras nesse sentido. À medida que a educação é progressivamente adequada a vieses mercadológicos, assistimos a uma queda vertiginosa de sua capacidade de formar sujeitos autônomos, críticos e reflexivos. O que se avança em discursos de eficiência e empregabilidade, perde-se em profundidade histórica, pensamento crítico e capacidade de transformação social. O desafio urgente, portanto, é desmontar essa engrenagem e reafirmar a escola como um espaço de resistência, onde a diversidade de saberes não apenas caiba, mas seja a própria condição para se imaginar um futuro digno para a Amazônia e para o Brasil.

Conclui-se, portanto, que o desafio central não é simplesmente melhorar indicadores de qualidade ou eficiência dentro do paradigma neoliberal. O desafio é político-epistemológico: é disputar o sentido da educação. É recusar a escola-empresa e lutar por uma escola-território, que acolha a pluralidade amazônica e seja ferramenta para a construção de um projeto de região que valorize a vida, e não o capital. Ignorar esse conflito significa compactuar com a perpetuação de uma educação que, longe de ser uma rota de fuga, torna-se mais uma face da violência estrutural que assola a Amazônia.

REFERÊNCIAS

- BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Coordenação editorial de Laura Erber. São Paulo: Zazie Edições, 2018. (Coleção Pequena Biblioteca de Ensaios).
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 5. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 21 de março de 1979. In: FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a. p. 329-363.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** (1 ed.). São Paulo: Companhia das Letras. 2019.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107–121, maio 2002.
- MELO, Herena Neves Maués Corrêa de. O Desenvolvimento para Amazônia na Concepção Neoliberal: análise teórica de contradições e conflitos socioambientais a

partir do contexto histórico-jurídico-político. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, [S. I.], v. 8, n. 2, p. 40–58, jul./dez. 2022. Acesso em: 03 set. 2025.

NOGUEIRA, Sílvia Cristina Conde et al. Tensionamentos, disputas e implicações educacionais do novo Ensino Médio nas amazôncias. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, MG, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rpv>.

PEREIRA, Heloisa Corrêa et al. Migração rural-urbana por demanda educacional no Médio Solimões, Amazonas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, e270029, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/>.

RAISON, Victor; ALBERTINI, Jean-Mathieu. **Nas terras Yanomami, jovens indígenas estão deixando suas aldeias para trabalhar no garimpo ilegal**. Mongabay, [S. I.], 26 jan. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/01/nas-terras-yanomami-jovens-indigenas-estao-deixando-suas-aldeias-para-trabalhar-no-garimpo-ilegal/>. Acesso em: 05 set 2025.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa dos, et al. Educação escolar indígena – a disputa entre o saber dos povos ancestrais e a engrenagem da fábrica educativa do capital. **ARACÊ**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 23039–23078, maio 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-128>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3561>. Acesso em: 04 set. 2024.